

* A “CLASSE MÉDIA” COMO REALIDADE E COMO FICÇÃO

UM ENSAIO COMPARATIVO BRASIL-PORTUGAL

Elísio Estanque¹

Os nomes nunca são inocentes, e a noção de “classe média” é, sem dúvida, um dos exemplos mais flagrantes do poder ideológico das palavras. O mesmo conjunto social pode ser nomeado de “classe trabalhadora”, de “classe operária”, “precariado” ou de “classe média”. Tudo depende do ângulo de abordagem, pelo que, ao tratar um tema tão polêmico, e em contextos sociais tão distintos como o Brasil e Portugal, podemos começar por colocar a pergunta inocente: “de que falamos quando falamos de classe média?” A resposta provisória é: mais do que “um grupo que não é grupo ou uma classe que não é classe” (Dahrendorf), trata-se de uma problemática sociológica e de um território indefinido de camadas sociais com implicações na esfera política e na solidez da ordem estabelecida.

É por isso que, nas sociedades industrializadas do Ocidente, a maior ou menor consistência das classes médias (seja já o que isso for) sempre se conjugou com tendências de atenuação ou de agudização da luta das classes trabalhadoras. Todavia, a realidade social não se deixa explicar unicamente com base no clássico binômio individualismo (integração) versus ação coletiva (luta de classes). Assim, mesmo quando se verifica um aumento do poder aquisitivo e das oportunidades individuais – ou seja, quando a classe média se expande, – as barreiras de classe não desapare-

¹ Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (CESIT)/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Enquanto pesquisador visitante na UNICAMP, o autor beneficiou da bolsa FAPESP referente ao processo nº 2012/11670-4.

cem. Podem é ficar momentaneamente camufladas no meio da floresta de oportunidades fictícias da “sociedade de consumo”. Foi mais ou menos isso que ocorreu na Europa durante os “trinta anos gloriosos” do Estado social. Porém, nem o princípio da meritocracia nem as políticas sociais de qualificação e proteção social esbateram as barreiras de classe (a não ser na aparência). Mais recentemente, a abertura das fronteiras nacionais e a emergência dos mercados transnacionais aceleraram ainda mais a mudança social, a complexidade e a recomposição das estruturas de classe.

Com o início da chamada “era da globalização” ocorreu uma multiplicação e sobreposição de escalas no xadrez da economia mundial, redeseñando novas relações de classe. O global e o local passaram a interagir em novos moldes. Podemos então pensar as novas contradições no plano global estruturadas na base da oposição entre sobreclasses globais (as que se beneficiam da mobilidade, das novas tecnologias e abertura do mundo) e as subclasses locais (acantonadas) e, por assim dizer, situadas “fora” da estrutura convencional das classes (Estanque et al., 2005). Em todos os continentes isso a que chamamos de “classe média” se torna um importante “tampão” onde a luta de classes se tende a dissipar.

No entanto, entre Brasil e Portugal há, a este respeito, uma infinidade de contrastes. A antiga referência à “classe média” remete, no caso brasileiro, para outra realidade, outro segmento com maior status e bem mais longe da força de trabalho manual do que no caso português. Ou seja, “classe média” e “classe trabalhadora” surgem no Brasil como figurantes que jamais entraram no mesmo filme, mas onde, agora, se pretende travestir a segunda (ou parte dela) em imitação barata da primeira. Pelo contrário, no caso português compôs-se uma “peça teatral” que começou na celebração festiva do 25 de Abril de 1974, com toda essa dança transclassista e de conflito, evoluindo mais tarde para uma farsa onde a classe trabalhadora fingiu ser “classe de serviço” da sua contraparte (a classe dominante). Hoje, porém, há o sério risco de, em seu último ato, a dita farsa culminar em tragédia, com uma ilusória “classe média” sofrendo o drama do empobrecimento e um operariado, que já era pobre e decrépito, a engrossar a pobreza resignada. Por outras palavras, é duvidoso se (no caso português) a velha e a “nova pobreza” podem fundir num precariado (STANDING, 2011) politicamente ativo que dispute com o “novo radicalismo de classe média” os papéis de “vanguarda” versus “retaguarda” das lutas sociais do século XXI; e (no caso brasileiro) se o quadro de contes-

tação social surgido em junho de 2013 representa uma “brecagem” ou um novo impulso na senda de mais reformas e avanços emancipatórios. Em ambos os casos, a realidade de nossos países obrigará a repensar os caminhos do futuro e o protagonismo da classe média em tais processos. Seja esta concebida como imaginação seja como realidade devemos começar por desconstruir a velha noção estereotipada de “classe média” (individualista, consumista, burguesa e politicamente amorfa) porque a mesma se revela manifestamente anacrônica e descolada da realidade atual.

PORTUGAL E O DECLÍNIO DA CLASSE MÉDIA

Portugal é, como se sabe, um dos países da Europa do sul que integrou a última vaga de transições democráticas dos anos setenta do século passado, juntamente com a Espanha e a Grécia. O longo período de vigência do regime salazarista (1926-1974), sob o pretexto de “pôr em ordem as finanças” do país, acabou com as liberdades políticas, disciplinou e reprimiu o sindicalismo e travou o mais que pôde o progresso econômico e industrial. Quarenta e oito anos depois, a Revolução dos Cravos herdou um país pobre, quase analfabeto, predominantemente agrícola e isolado das tendências internacionais. Com o projeto de modernização, iniciado a 25 de Abril de 1974, e a consolidação do regime democrático, novas dinâmicas de mudança viriam a ocorrer, sobretudo após a adesão à Comunidade Européia (em 1986). De uma sociedade predominantemente rural, passamos, em escassas dezenas de anos, para uma sociedade de serviços, e isso, naturalmente, fez-se sentir na estrutura das classes, culminando numa generalizada terceirização. O setor secundário cresceu timidamente, mas em 1981 entrou num lento e irreversível declínio, passando de 35% para 27% entre 2001 e 2011, enquanto o terciário aumentou de 60% para 70% na mesma década, e o primário se tornou residual (CARMO, 2013).

Podemos dizer que a (nova) classe média portuguesa cresceu ao abrigo da expansão do Estado-providência ao longo das últimas quatro décadas, resultado da conjugação entre: (1) expansão da administração pública e do emprego não-manual; (2) qualificação educacional dos portugueses; e (3) do aumento da renda. A recomposição de novos sectores profissionais estimulados pelas políticas públicas – na educação, saúde, administração pública, poder local, segurança social, etc.– e também o aumento das profissões liberais, dos quadros superiores, gerados pelo impacto do ensino superior e do sistema científico, reconfiguraram a estrutura das classes.

Ao mesmo tempo, a rápida concentração urbana alterava os grupos de referência e modificava os estilos de vida de milhões de trabalhadores, enquanto os benefícios obtidos por via dos serviços prestados pelo Estado permitia às famílias aceder a novos hábitos de consumo, o que, associado ao fácil acesso ao crédito, fez com que estes segmentos da classe média cedessem aos apelos sedutores do marketing consumista. Muitos portugueses começaram então a endividar-se, pela compra de apartamentos (praticamente tornada obrigatória face à ausência de um mercado de arrendamento), de automóveis, de eletrodomésticos, de viagens de férias, etc., com isso aumentando o endividamento das famílias e consequentemente da banca nacional face ao exterior.

Estudos recentes mostram que na primeira década do atual século os níveis de desigualdade em Portugal permaneceram estáveis, embora na comparação com a UE27 o país esteja entre os mais desiguais. Até o culminar da presente crise, o crédito fácil, fortemente estimulado pelos bancos e governos, compensou artificialmente a quebra real de salários permitindo às famílias manter estilos de vida e níveis de conforto segundo um horizonte de expectativas positivas para o futuro (CARMO *et al*, 2013, p. 152-153). Todavia, dados mais recentes mostram que o rendimento anual mediano, por adulto, em Portugal continua muito abaixo das médias dos países europeus. Em 2009 cerca de 75% dos portugueses auferiam rendimentos inferiores a 12.625 euros/ano (1.052,1 euros mensais), estando Portugal entre os países com maiores desigualdades de distribuição de renda e onde se praticam dos salários mais baixos da zona euro. Mas, entretanto, a renda dos segmentos intermédios diminuiu nos últimos dois anos. O que significa que 2009 foi um ano de inversão da tendência anterior visto que esse foi o momento de agudização da crise e da austeridade (CARMO *et al*, 2013: p.137). Apesar disso, as disparidades de distribuição da renda são bem menores do que no Brasil, como veremos de seguida.

A comparação entre os dois países é realmente problemática, se bem que o olhar transatlântico nos possa ser útil. Vale registrar uma breve nota: na Europa e em Portugal a experiência num período recente de um modelo institucional e de um padrão de bem-estar (dado por seguro) deixou um legado que, com a crise, exacerbou o sentimento de “privação relativa” de uma vasta camada de assalariados com direitos adquiridos em resultado de longas batalhas (e até há pouco considerados irreversíveis), entretanto abruptamente subtraídos nos últimos anos (talvez representando o

fim de um ciclo); enquanto no Brasil, trata-se de um contexto social e socioeconômico todo ele novo, e onde o padrão de referência era a anterior condição precária, a informalidade generalizada e a miséria de uma força de trabalho até há pouco desconhecadora de quaisquer direitos.

O BRASIL E A CONSOLIDAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O caso brasileiro oferece-se, à partida, como um exemplo oposto ao português, pois, se em Portugal, como se viu, a situação da classe média é hoje periclitante, o Brasil da última década tem sido citado como uma das sociedades onde mais se exaltou o crescimento dos estratos intermédios. As pesquisas relacionadas com o tema da “classe média” têm vindo a assumir que o critério da renda é o fator mais importante e, portanto, trata-se de estabelecer simples linhas de demarcação para esse fim.

Só que, numa sociedade tão matizada e contraditória como a brasileira, é necessário realçar não apenas a importância dos diversos indicadores socioeconômicos (renda, propriedade, lugar ocupado na estrutura produtiva, qualificações, nível educacional, etc.), mas também a multiplicidade de outros critérios como sejam os étnicos, raciais, de gênero, religiosos e culturais. A conjugação entre a estruturação do capitalismo e a questão racial (GUIMARÃES, 2002) remete para circunstâncias particulares vinculadas à herança colonial e ao modo como negros e mulatos foram excluídos ou incorporados no processo de trabalho (FERNANDES, 2008)². Todos sabemos que o Brasil contém muitos mundos dentro de si. Assim, as variáveis de índole identitária acima referidas colocam-se aqui como elementos endógenos do próprio país. E porque o desenvolvimento industrial capitalista foi tardio e marcado por fortes vínculos herdados do colonialismo, o entendimento das relações de classe – e, portanto, da própria construção da classe média – deve pautar-se por cuidados muito particulares. Inclusive o fato de a análise de classes possuir uma evidente marca ocidentalocêntrica deve deixar-nos de sobreaviso perante quaisquer voluntarismos apressados de sua aplicação dogmática. Se esse não é o caso do uso ligeiro da expressão “classe média” (porque não corres-

² Analisando a situação particular de São Paulo, Florestan Fernandes refere-se ao modo como se deu “a própria formação social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do ‘fazendeiro’ e do ‘imigrante’ e com a exclusão quase total do negro e do mulato enquanto agentes históricos significativos” (FERNANDES, 2008: 36).

ponde a qualquer outro critério que não seja a imposição de uma sigla comercial), a multiplicidade policromática de desigualdades e diferenças neste país não pode jamais ser omitida, o que, de resto, só pode acrescentar ainda mais heterogeneidade a uma categoria – a “classe média” – que, por definição, já é vincadamente heterogênea.

As pesquisas elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (pela equipe liderada por Marcelo Neri, 2012) têm se revelado as grandes entusiastas da “nova classe média”, aliás, num discurso que não é neutro. Porém, estudos sociológicos anteriores já mostraram que a estrutura social do Brasil sofreu uma transformação significativa, principalmente desde o final da ditadura, ao mesmo tempo em que a educação e as qualificações se foram ampliando. As desigualdades de oportunidades educacionais diminuíram (entre 1996 e 2008), muito embora, à medida que isso aconteceu se verificasse também um aumento da influência direta da origem de classe no destino de classe: “a partir de final da década de 1980 houve um aumento da associação líquida, descontando o efeito da educação alcançada, entre origem e destino de classe” (RIBEIRO, 2012: 674). Note-se que a redução da associação entre origem de classe e educação é acompanhada do aumento da relação entre origem social e condição de chegada, o que em parte se deve, por um lado, ao alargamento massivo do acesso à escolaridade e, por outro, a um aumento da estratificação interna do sistema de ensino (em especial o superior). Além disso, este estudo mostra ainda que o coeficiente de associação entre origens e destinos de classe (ou seja, o grau de “reprodução social”, em que a origem determina o “destino de classe”) diminuiu mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (sobretudo a partir de 1996), indicações que parecem refletir o fato de elas terem partido de uma base mais escassa de instrução, de terem acedido mais tarde ao mercado de emprego e, eventualmente, de revelarem um melhor aproveitamento escolar em termos de resultados. Quer isto dizer que as desigualdades de classe (e, logo, o fator “classe média”) são cada vez mais matizadas e mediadas por outras dimensões de desigualdade que, aliás, tendem a inscrever-se na primeira, complexificando-a.

Já em 2000 a classe média brasileira correspondia a 31,7% das famílias, enquanto a sua capacidade de consumo era calculada em 50% de todo o mercado consumidor do Brasil. Parece evidente que o nível de poder aquisitivo dos estratos mais baixos da pirâmide social brasileira subiu, dado que as condições concretas melhoraram para milhões de

peças. Mas, daí não se pode concluir, como pretendem alguns especialistas em marketing (e parecem sugerir os trabalhos da FGV), que tenha ocorrido um “achatamento” entre as classes extremas, ou que o Brasil possui agora uma estrutura de classes em “losango”. A lógica do social encerra contradições cujo princípio – como neste caso – pode aplicar-se tanto ao Brasil como a Portugal ou a qualquer outra sociedade. No caso brasileiro, a camada dos miseráveis reduziu muito numa década, enquanto o maior aumento da renda se verificou principalmente entre a baixa classe média.

Importa, pois, pôr em evidência a realidade objetiva que levou o Brasil a evoluir positivamente na formalização do emprego, na melhoria salarial e na recomposição ocupacional na base da pirâmide estratificacional. Como os dados revelam, 48% dos empregos criados em 2009 correspondem ao nível de até 1,5 salário mínimo³, ou seja, um segmento da classe trabalhadora mais próximo do limiar da miséria do que da verdadeira classe média. “Na década de 2000, a expansão do emprego assalariado com carteira assinada foi expressiva; para cada grupo de dez ocupações abertas para trabalhadores de salário de base, sete foram de empregos formais, e a cada vaga aberta de emprego assalariado informal, três outras eram criadas para o trabalho com carteira assinada” (Pochmann, 2012: 38).

A estrutura das desigualdades na sociedade brasileira não deixa de evidenciar disparidades bem vincadas na distribuição da renda, apesar da sua redução. Também em Portugal as desigualdades se reduziram ao longo da primeira década deste século, porém, suspeita-se que estamos de novo em regressão neste indicador. Quanto ao Índice de Gini observa-se em 2009 uma menor desigualdade em Portugal do que no Brasil (0,33 para 0,54, respectivamente). O Brasil revela para esse ano uma diferença de um para 19 vezes na renda dos 20% mais ricos contra os 20% mais pobres, enquanto em Portugal a diferença era de um para 5,4 (no mesmo ano de 2009), tendo aumentado para 5,7 em 2010. Tão pouco podemos esquecer que as desigualdades internas no país surgem, como acima foi aflorado, noutros indicadores, entre os quais a distribuição geográfica (quanto mais interior ou norte e nordeste maiores as desigualdades) e as diferenças de gênero. Quanto a este último critério,

³ Convém lembrar que o salário mínimo evoluiu de 41,00 USD em 1970 (equivalente), para 113,00 USD em 1990, 242,00 USD em 2009. Atualmente situa-se em R\$ 678,00.

no Brasil as mulheres, em média, recebem um salário cerca de 30% mais baixo do que o dos homens (para trabalho igual)⁴, mas também em Portugal essa diferença é acentuada (com 21% da renda mais baixa para as mulheres), e no caso dos assalariados com educação superior o desnível aumenta para 30% (CASACA, 2013).

Observando a evolução das desigualdades no Brasil, verifica-se que só nos anos 2000 se inicia uma real inversão, com a descida das desigualdades e a subida do rendimento (ver Anexo 2)⁵. Esta viragem na recuperação real do poder de compra dos trabalhadores é ainda muito recente, uma razão acrescida para justificar mais cautela e menos euforia consumista em torno da miragem do “país de classe média”. Dito isto, não se deve, evidentemente, descurar a efetiva consolidação de uma classe trabalhadora que já acedeu a alguns direitos, ainda que mínimos, suportados por uma economia em crescimento e por um modelo de emprego onde o setor dos serviços está em consolidação (ver Anexo 3), em boa parte devido à absorção de trabalhadoras oriundas do trabalho doméstico. Este, além de ser quase exclusivamente feminino (95% de mulheres em 2012, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permaneceu extremamente elevado nas últimas décadas, muito embora esteja em diminuição: em 2010 eram cerca de sete milhões de pessoas, correspondendo a 7,7% da população ocupada (neste segmento), mas esse valor caiu para 6,6% em 2012⁶. Considerando apenas o gênero feminino, em 2003 as domésticas eram 16,7% da força de trabalho, enquanto em 2012 passaram a 13,9% das mulheres ocupadas; tudo isto acompanhado do relativo aumento salarial e de um progressivo

4 O mais recente Censo Demográfico (2010) do país mostra que o rendimento médio mensal dos homens com carteira profissional assinada foi de R\$ 1.392, ao passo que o das mulheres foi cerca de 30% abaixo disso, atingindo R\$ 983. Segundo o Índice para a Igualdade de Gênero do PNUD, o Brasil encontra-se na 80ª posição, atrás de países como Chile, Argentina, Peru, México, Venezuela e até dos árabes, como a Líbia, Líbano e Kuwait. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/mulheres-x-homens>.

5 Note-se, todavia, que se trata de médias que escondem as diferenças internas dentro de cada percentil (neste caso quintis). Como é sabido, quando estreitamos a faixa (por exemplo, se compararmos os decis ou ainda os 1% com maiores níveis de renda) a desigualdade entre os extremos dispara exponencialmente. Como revelou um estudo recente sobre as desigualdades de renda nos países do G20, “a participação na renda dos 10% mais pobres da população é frequentemente muito baixa, às vezes tão baixa que chega a ser 1%. Enquanto isto, os 10% mais ricos usufruem de uma imensa participação, às vezes excedendo 40% de toda a renda”. (Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/01/19/>)

6 Ou, segundo outras fontes, baseadas em dados do IBGE, de 7,8% do dos ocupados no setor em 2009, passou a 7,1% em 2011 (dados trabalhados por Pedro Alcântara e Alice Remy, do CESIT/UNICAMP), a confirmar a tendência de quebra do trabalho doméstico.

acesso à educação. Além disso, novos direitos e medidas de proteção foram recentemente anunciadas (novo piso salarial, limite de jornada de trabalho em 44 horas semanais, direito a horas extra com aumentos de custo/hora, etc.). Evidentemente que, perante tais alterações entre os segmentos subalternos da classe trabalhadora brasileira, as classes média-alta e superior se movimentam e reposicionam na matriz geral da estrutura das classes, readaptando seus comportamentos sociais e estilos de vida, no caso, a própria relação com suas domésticas, babás e serviços⁷.

UMA CLASSE MÉDIA FICTÍCIA

Podemos dizer que a pirâmide social brasileira se renovou, mas ela se renovou renovando também a instabilidade, a flexibilidade e a precariedade. Com efeito, a taxa de rotatividade (com cerca de 37% do emprego formal, em 2009) cresceu muito, sobretudo para os empregos de mais baixos salários (85,3% para a faixa que ganha salário mínimo ou menos), sendo mais elevada para as camadas mais jovens, menos escolarizadas, assim como no caso do trabalho autônomo (POCHMANN, 2012). Em suma, o Brasil passa por uma reconversão produtiva e social profunda, em busca de um projeto desenvolvimentista que nesse momento goza de grande credibilidade. Contudo, é discutível e muito incerto o desfecho desta tendência, além do que, num mundo onde as interdependências da economia e o poder do capital financeiro têm feito tantos estragos sociais nos últimos tempos, nada garante que o Brasil possa ficar imune e tenha condições para resistir e se impor autonomamente no quadro da economia global.

Outro aspeto que tem implicações sociais e políticas diz respeito às subjetividades e comportamentos individuais e coletivos. Convido o leitor a olhar em volta para a seguinte realidade social: estamos perante um ato constitutivo de uma ficção em que, paradoxalmente, se faz e se desfaz uma classe. Artificialmente, promove-se uma classe média (mais imaginária do que real), enquanto na prática se barra a emergência do novo sujeito co-

⁷ Relatório da OIT referente a 2010 registrou, no caso das mulheres, uma proporção de 16,6% das que possuíam ocupação. O salário médio da categoria era de apenas R\$489,00 por 36,8 horas semanais. Sabe-se ainda que, com as políticas sociais dos governos petistas se verificou uma subida de 47% dos salários das domésticas, para além de uma crescente formalização contratual (veja-se “Os serviços do Brasil”, Carta Capital, 23/01/2013). Segundo M. Pochmann o trabalho doméstico cresceu 0,8% ao ano entre 1979 e 2009, ano em que 93% recebiam até 1,5 salário mínimo, 72% não possuíam carteira de trabalho, 62,7% eram não brancos, 9 em cada 10 são mulheres e 98% não são sindicalizados (POCHMANN, 2012; OIT, 2013).

letivo que seria uma classe trabalhadora politicamente engajada e em luta pela mudança social e pelo reforço da democracia. Um tal processo deriva da conjugação entre o consentimento ativo das direções sindicais e suas estruturas oligárquicas, de um lado, e o consentimento passivo da classe trabalhadora e dos grupos subalternos, de outro. Conforme alguns cientistas sociais brasileiros têm notado (BRAGA, 2012), muitos setores do “precarizado” são ainda animados pela presença nas suas subjetividades do cenário da década de 1990, de dumping social, desemprego em alta e miséria estrutural. Em outras palavras, pode dizer-se que as políticas lulistas conseguiram até recentemente instigar no imaginário popular uma espécie de “utopia brasileira” (paradoxalmente distópica), fundada no consumismo e individualismo, com isso anestesiando a ação emancipatória dos movimentos sociais. Mas as manifestações de junho de 2013 mudaram essa paisagem. Os recentes protestos da juventude urbana e suburbana exigem um modelo de efetivo desenvolvimento democrático que saiba consolidar o crescimento econômico e que responda às necessidades gritantes da sociedade brasileira. É a cidadania ativa em ação, mostrando que os setores carentes, os trabalhadores e os jovens das classes média e média-baixa (incluindo estudantes) estão se mobilizando e (como há cerca de trinta anos) erguem-se como ator coletivo na defesa de um projeto de sociedade de bem-estar com justiça social. Tratou-se de um imenso (e inesperado) grito de revolta de milhões de brasileiros nas ruas, uma resposta firme da sociedade, pressionando as instituições e o poder político a dar sequência às promessas e expectativas que criaram ao longo da última década.

CONCLUSÃO: O EFEITO DE ESCADA ROLANTE

Associado à mudança estrutural as sociedades abertas tendem a gerar um “efeito de escada rolante” (ESTANQUE, 2012), uma metáfora que exprime o modo como os grupos sociais se movem por referência uns aos outros e segundo uma lógica de imitação/demarcação. Se há uma deslocção da base da pirâmide (da “escada”), o conjunto dos estratos superiores move-se em simultâneo, com a agravante de que os que já estavam no topo avançam mais rápido e perdem-se de vista. A dinâmica da economia capitalista se apoia em efeitos combinados tais como o crescimento econômico, a acumulação lucrativa, o mercado concorrencial, os ganhos de produtividade, a iniciativa no plano do consumo e do investimento, a concorrência empresarial e individual, etc, etc. Mas a contraparte dessa

vertente economicista é a sociedade. E esta não é um mero aglomerado de indivíduos desligados uns dos outros, mesmo que os grandes interesses mercantilistas insistam em reinventar a classe trabalhadora como uma massa de consumidores atomizados, dóceis e embevecidos.

As estruturas de classe readaptam-se, mas resistem e reinventam-se constantemente. No plano social a recomposição das classes (ou grupos de status) ocorre em função dos recursos que controlam, e que, em geral, conjugam meios econômicos com prerrogativas expressivas, isto é, exprimem-se sob a forma de estilos de vida concretos. Daí que, quanto maior o volume desses recursos maior a possibilidade de multiplicá-los (inclusive o dinheiro). É por isso que, ao contrário de um suposto nivelamento, o que acontece é que quem já se encontrava no topo tem maiores chances de tirar proveito dos novos meios tecnológicos, de modalidades emergentes de consumo e de negócio que a sociedade vai disponibilizando. Os inventos, as viagens, as comunicações e toda a gama de novas tecnologias e gadgets que surgem nos mercados estão, em primeira mão, ao dispor das elites e só depois – e só se o interesse mercantilista assim o exigir – poderão tornar-se acessíveis ao grande público, mas aí (como mostrou Pierre Bourdieu) confunde-se o original com a imitação, o estatuto superior com a vulgaridade.

As elites, além de terem mais chances de assegurar o exclusivo do seu estatuto, fazem-no geralmente sob um manto de silêncio e de omissão. Se o “novo-riquismo” é ostentação e ruído, as novas “aristocracias” burguesas pautam-se pela discricção e sobriedade. Efetivamente, a mudança estrutural numa sociedade tem inevitavelmente implicações na vida das pessoas e leva-as a traçar percursos pessoais muito diferenciados, mas a mudança estrutural depende da luta de classes, seja ela ruidosa ou silenciosa (veja texto de Jessé Souza, neste volume).

No Brasil temos uma “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 1995), ainda pouco qualificada, que exorbitou os seus consumos precários aliciada pela miragem discursiva da mídia e do poder vigente, para satisfação de credores e alguns agiotas ligados ao mundo da finança e do crédito. Pode dizer-se que se trata de uma “imaginada-classe-média-que-vive-do-trabalho” e que, de repente, se debate com uma realidade que bloqueou e solapou as suas legítimas expectativas. Um segmento da classe trabalhadora que, enquanto permanece atomizado e individualizado pelo consumismo, torna-se politicamente inofensivo e indiferente à ação coletiva. Porém, os últimos

acontecimentos mostraram que amplos segmentos sociais aparentemente adormecidos, podem acordar e despertar para exigir justiça e direitos sociais. E ao fazê-lo de forma radical, como se tem observado, podem causar um sobressalto no status quo instalado. Talvez se trate de um conjunto de movimentos algo voláteis, ambíguos, difusos e sem um sentido de orientação (para lá dos objetivos imediatos de suas pautas), compostos por setores muito diversos e muitos deles despolitizados, mas que impressionam pela extraordinária carga política que transportam.

Em Portugal, a “classe-média-que-não-chegou-a-ser” está se desfazendo no ar. Dito de outro modo, os segmentos da classe trabalhadora dos serviços e da administração pública – que chegaram a adotar comportamentos e subjetividades típicas do velho ethos da (velha) classe média assalariada – foram confrontados nos últimos dois anos com a violência da crise que lhes mostrou a dura realidade de uma condição, afinal, mais precária, insustentável e carente do que se imaginara a si própria. Daí resultou uma espécie de despertar desses setores para a ação coletiva, como se tem visto nas fortes manifestações desde 2011 até agora, em diversos países europeus. Pode dizer-se que se trata, neste caso, de uma reproletarização da classe média assalariada, com as conseqüentes implicações políticas, estimulando alianças com outros segmentos da classe trabalhadora na construção de uma nova rebeldia e (talvez) de um novo sujeito da transformação social.

Enquanto isso, o panorama socioeconômico do Brasil apresenta-se extremamente complexo e a classe trabalhadora brasileira, que começou a ver seus direitos reconhecidos, terá certamente que travar ainda muitas batalhas para que os seus filhos (muitos dos que agora estiveram nas ruas) possam aceder a uma posição estável, a um emprego qualificado e a um futuro auspicioso. Pode dizer-se que o sucesso do desenvolvimentismo brasileiro depende não apenas da vontade política do poder instituído, mas da sua capacidade de dar seqüência institucional aos supetões que a sociedade civil coloca na esfera pública. E os protestos de junho (2013), fortemente animados por um novo radicalismo de classe média, poderão ficar na história pela contribuição que deram nesse sentido.

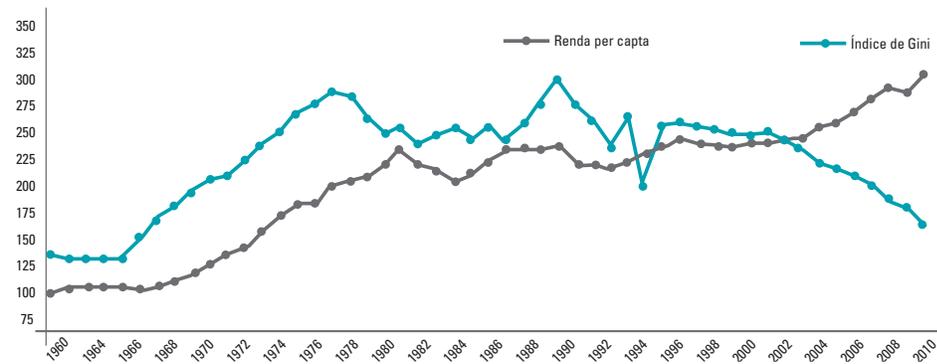
ANEXOS

Anexo 1: Desigualdades segundo o Coeficiente de Gini – Brasil e Portugal

REGIÃO	2001	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,596	0,572	0,569	0,563	0,556	0,548	0,543
Portugal	0,370	0,381	0,377	0,368	0,358	0,354	0,337

Fonte: IPEA in <http://www.ipeadata.gov.br/> Portugal: EU SILC 2011, Eurostat/ in Observatório das Desigualdades do ISCTE.

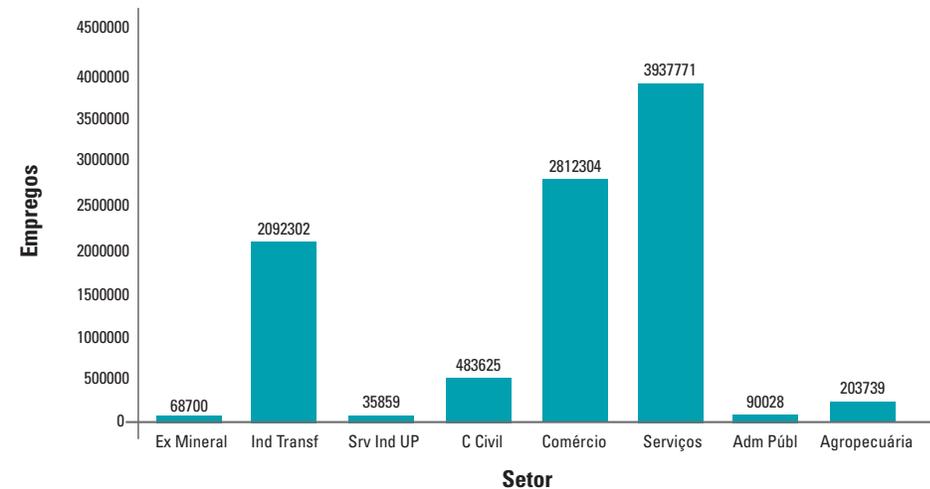
Anexo 2: Brasil - evolução dos índices da renda per capita nacional e de desigualdade segundo o Coeficiente de Gini* (1960 = 100)



Fonte: IBGE/contas nacionais (elaboração Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Ipea)

* Índice de Gini (in POCHMANN, 2012: 15)

Anexo 3: Saldo de novos empregos criados no Brasil 2000-2008



Fonte: CAGED/MTE 2010, in Alice Remy, et al., 2011: 66

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

BRAGA, Ruy. *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CARMO, Renato Miguel do (Org). *Portugal, Uma Sociedade de Classes*. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique, 2013.

CASACA, Sara Falcão . Entrevista ao jornal Diário de Notícias, 7/03/2013.

ESTANQUE, Elísio. *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012.

ESTANQUE, Elísio; MELLO E SILVA, Leonardo; VERAS, Roberto et al.. *Mudanças no Trabalho e Ação Sindical: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*. São Paulo: Cortez, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GUIMARÃES, António Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NERI, Marcelo. *A Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/ Editora Saraiva, 2002.

OIT. *Situación del trabajo doméstico remunerado en América Latina*. Janeiro, 2013.

POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

REMY, Maria Alice; QUEIROZ, Silvana; ABEL FILHO, Luis . “Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008”, Revista da ABET, vol. X, nº 1, 2001.

RIBEIRO, Carlos A. Costa. “Quatro décadas de mobilidade social no Brasil”. Dados, vol. 55 Nº 3, Rio de Janeiro, pp. 641-679, 2012.

STANDING, Guy . *The Precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury, 2013.